

A economia ao sabor das eleições

■ Até outubro o impacto do pleito será grande, mas não afetará o Plano Real

CORRIOLANO GATTO E SONIA JOIA

As eleições municipais terão um impacto grande na economia até outubro, mas nem por isso causarão grandes estragos ao Plano Real. O efeito será parecido ao da convocação da CPI dos Bancos, sepultada pelo governo na quinta-feira: derruba as bolsas de valores e tumultua o mercado. No caso da CPI para investigar o sistema financeiro, o alvo do senador José Sarney (PMDB-AP) foi atingir o presidente Fernando Henrique Cardoso e, com isso, obter espaço no cenário político.

O raciocínio do deputado Antônio Kandir (PSDB-SP), que foi secretário de Política Econômica no início do governo Collor, deu o tom ao **Balanço Mensal**, que reuniu ainda os professores Edward Amadeo (PUC-Rio), Carlos Ivan Simonsen Leal (FGV), Fábio Giambiagi (BNDES) e Winston Fritsch, presidente do Kleinwort Benson do Brasil.

“O que nós estamos tendo, na verdade, é uma tentativa de negociação de alguns setores que tentam se posicionar melhor com o Executivo em relação a quem vai comandar o processo político em 1998 ou 2002. Dito de outra forma: a quantidade de sustos a que vamos assistir daqui até outubro, particularmente até agosto ou setembro, vai ser muito grande, porque é o momento de máxima barganha política dos setores aliados do governo nesse período.”

Foi, então, interrompido por um olhar surpreso de Fábio Giambiagi.

“O senhor já está pensando em 2002? A estabilização já estaria consolidada...”

“O que importa” — disse Kandir — “é que não existe uma alternativa clara para 1998. O que eu estou procurando ressaltar é o seguinte: qual é a consequência das reformas serem mais lentas? Seria negativa se houvesse um governo que, mesmo com déficit público pequeno, sem capacidade de iniciativa política e a oposição com muita capacidade política. E o que a gente está percebendo é que em um momento de muitos erros do governo, é ele quem comanda a política claramente.”

Déficit — Na segunda etapa do debate, Carlos Ivan concordou com a análise de Kandir. “Em primeiro lugar vou fazer aquela observação: ‘finanças sensatas podem ser o desastre do economista’. Eu acho que o Kandir tem razão, vamos ter essa oscilação de expectativas até outubro. Isso é perfeitamente natural, não espero que as coisas aconteçam de outra forma. Evidentemente, tem um efeito inibidor sobre a atividade econômica, porque ninguém expande as suas atividades quando vê notícias: sai CPI dos Bancos, não sai CPI dos Bancos. Essa incerteza inibe. Então, crescer 4% este ano é mais um problema de dizer um número que seja otimista. Me preocupa, contudo, o fato de que o

déficit público continua estourando. Eu esperava que este ano, visando a dar maior garantia ao Plano Real, estivessemos entrando em um regime não de acabar com o déficit público, mas em um regime de mantê-lo em um nível um pouco inferior ao do ano passado”.

Aliados — Mas não se espere, porém, que o déficit ou mesmo os sustos dos políticos sejam suficientes para pôr em xeque o mais bem-sucedido programa econômico da história recente do país, que mantém a inflação muito baixa desde julho de 1994 sem congelamento de preços. Na verdade, as lideranças políticas que vêm tumultuando as relações com o governo — como José Sarney ou Paulo Maluf, prefeito de São Paulo — são os grandes sócios do Real.

O fracasso do plano, disse Kandir, com a concordância dos participantes, só beneficiaria os setores mais à esquerda da sociedade, favoráveis a uma desvalorização do real. A força do governo é tão grande, diz o parlamentar, que o líder da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ganhou maior dimensão quando saiu em defesa de um debate aberto com as autoridades sobre a Previdência Social.

Engrenagem — As mudanças na Previdência ocuparam parte do debate. Giambiagi, que vem estudando a fundo o tema, é cético com os resultados mesmo de uma reforma bem costurada, tal é a gravidade do buraco de uma engrenagem que administra R\$ 80 bilhões.

“Não vejo a reforma necessária da Previdência, incluindo a que será acordada e que provavelmente irá acontecer no horizonte dos próximos cinco anos, como algo muito mais voltado para evitar a explosão de uma bomba atuarial daqui a cinco, 10, 15 anos, do que propriamente para algo que aumente de forma expressiva a poupança. O que acontece é que se nada for feito teremos um aumento da falta de poupança do governo impressionante no horizonte das próximas uma ou duas décadas. Para evitar a eclosão deste problema, é que vejo a Previdência como provavelmente a reforma mais importante do conjunto de reformas que o governo está tentando fazer.”

E o equilíbrio da Previdência abre caminho para a poupança de longo prazo, outro tema importante do **Balanço**.

“A sustentação do plano de estabilização — disse Fritsch — está relacionada com a poupança doméstica. Há um consenso hoje entre os economistas de várias escolas de que as próprias lições da crise do México mostram que o fundamental é resolver o problema da dependência em relação à poupança externa e um crescimento mais ou menos acelerado. O déficit em conta corrente (uma espécie de rombo nas contas externas de um país) é a imagem da falta de poupança doméstica.”

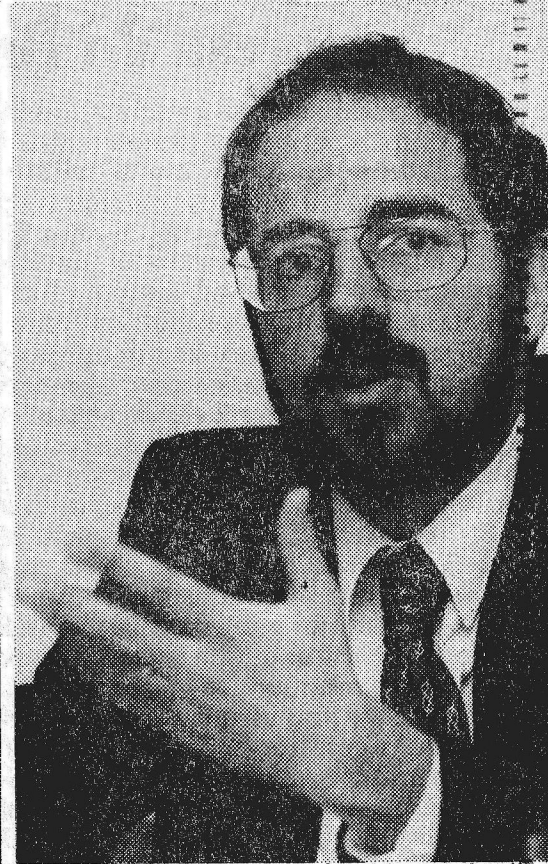
Fotos de Carlo Wrede



Kandir: “O governo comanda a política”



Fritsch: “Real depende da poupança interna”



Giambiagi: “Não vejo a reforma necessária”